

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 1 / ABRIL '93 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN 0872-4733

J. J. TEIXEIRA RIBEIRO A TRIBUTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

MICHEL AGLIETTA FINANCIAL GLOBALIZATION

ALFREDO MARQUES INCENTIVOS REGIONAIS E COESÃO

A. J. MARQUES MENDES THE FUTURE ENLARGEMENT(S) OF THE EEC

JOÃO SOUSA ANDRADE A ECONOMIA PORTUGUESA E A UEM

PEDRO LOPES FERREIRA AN USE OF THE MULTIATTRIBUTE UTILITY THEORY

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



As Comunidades Europeias e a Sociedade Contemporânea

Interações e Perspectivas

A. Cardoso e Cunha Ex-Comissário das Comunidades Europeias

Desde a criação do Mestrado em Economia Europeia, em 1989, que a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra convida uma figura de renome a proferir a Lição Inaugural de cada ano lectivo. Depois do Prof. Doutor Ferrer Correia e do Dr. Rui Vilar, coube ao Eng. A. Cardoso e Cunha, então Comissário Europeu, falar sobre a Europa no início do ano lectivo de 1991-92.

É a transcrição dessa conferência que aqui se publica.

Uma Universidade como a vossa, que não se fecha sobre si própria, que é capaz de dialogar com o mundo exterior, não só prestigia a instituição académica, como também dá a esse mundo uma imagem clara da modernidade da metodologia dos trabalhos que os seus professores e estudantes nela levam a cabo.

Não sendo um académico, tenho, talvez por isso mesmo, uma nítida percepção da diferença muito vincada que existe entre o vosso mundo, o mundo académico, baseado numa atitude fundamentalmente especulativa e o mundo exterior, que irão encontrar depois de saírem da Escola e que é essencialmente um mundo de interregações, a que eu chamaria reactivo. Todavia, em ambos os mundos, os vencedores são os melhores, os que trabalham mais, os que têm melhor preparação; desse ponto de vista, não há nenhuma diferença entre eles. O que os separa, acima de tudo, são as diferentes concepções do factor tempo. De facto, enquanto no mundo académico o tempo é uma variável dependente, isto é, os trabalhos estão prontos quando tiverem atingido o nível de perfeição que o autor lhe quis dar, no mundo exterior o tempo é quase sempre a variável independente, ou seja, o grau de aperfeiçoamento ou de preparação dos trabalhos é aquele que o próprio tempo permitiu atingir.

Mas em meu entender, há também outra diferença importante: no vosso mundo, no mundo especulativo, o homem é o sujeito das acções; fora da Escola, o homem é, frequentemente, o objecto das acções. Por isso, é normal, consoante o mundo em que desenvolvemos as nossas actividades, que tenhamos *frequentemente atitudes filosóficas ou metodológicas e até comportamentos* sociais diferentes. Essas são as diferenças fundamentais que o aluno tem de compreender e ultrapassar no dia em que receber o seu diploma e sair da Escola para começar a vida profissional. Refiro estas diferenças, não para que sejam dificuldades à nossa recíproca compreensão, mas, pelo contrário, para que constituam um motivo de estímulo para uma discussão baseada fundamentalmente, como acabei de vos dizer, numa certa diferença do método de trabalho e da forma de afrontar os mesmos problemas.

Proponho-me analisar convosco a problemática da integração europeia e as suas interações com a sociedade contemporânea nas áreas económica, social

e política, tentando dar-vos uma imagem dessas interações numa perspectiva actual. Com efeito, penso que a interacção entre as Comunidades Europeias e a Sociedade é um fenómeno importante não só em Portugal e em toda a Europa, mas também em Moscovo, em Pequim e mesmo numa cidade africana onde as Comunidades se apresentam como uma realização portadora de esperança, atribuindo-se, aliás, com frequência às Comunidades potencialidades e oportunidades que ultrapassam de longe as suas possibilidades reais.

Antes de mais, peço-vos que aceitem, como ponto de partida, o facto de que as Comunidades Europeias recusam ser uma construção académica. Pelo contrário, são uma construção pragmática, profundamente enraizada na realidade, pertencendo inequivocamente ao mundo exterior a que me referi. As Comunidades Europeias nasceram em reacção a circunstâncias históricas difíceis, desenvolveram-se segundo trajectórias por vezes sinuosas, porque as condições exteriores se alteram, respondem a circunstâncias inesperadas, como a explosão social e política dos países da Europa Oriental, adaptando-se continuamente para poderem, tanto quanto possível, situar-se perto de um ponto de máxima eficiência.

As Comunidades têm, naturalmente, grandes incidências económicas e sociais, porque a sua acção atingiu um elevado nível de credibilidade mundial que se traduz, numa forma muito prosaica, pelo volume do seu orçamento. Com efeito, dispõem de um orçamento anual de 100 biliões de dólares, isto é, dez vezes superior ao orçamento das Nações Unidas. Nenhuma organização internacional dispõe, aliás, de um orçamento semelhante. Refiro este pormenor para que se compreenda bem que as Comunidades têm de facto a capacidade e a potencialidade para afrontar os problemas mais complexos da sociedade europeia. Deve, no entanto, ficar claro que recusamos qualquer atitude protagonista, de superioridade ou de arrogância e que as Comunidades não são uma tese de doutoramento, apesar de sobre elas se fazerem muitas teses de doutoramento. As Comunidades são um exemplo de pragmatismo, de flexibilidade e de adaptação à realidade que interessam directamente centenas de milhões de pessoas, ou seja, os cidadãos dos Estados-membros. As Comunidades existem para resolver problemas, não para criá-los, o que nos obriga a grandes esforços de bom senso, de flexibilidade e de adaptação. São uma construção que se impõe por duas razões principais: porque é profundamente inovadora e porque tem uma utilidade prática evidente. É inovadora porque nunca, na História da humanidade, se tentou um

exercício de partilha de soberania a um nível semelhante ao que hoje, com a participação de Portugal, se faz na Europa comunitária. Tem uma utilidade prática evidente porque, através das suas características de liberdade, de democracia e de participação na sua construção, a primeira prioridade e o resultado mais notável das Comunidades é a garantia da paz.

Com efeito, a imagem da Europa sem uma construção como a comunitária é sem dúvida a Jugoslávia. A Jugoslávia representa actualmente aquilo que poderia ser todo o nosso continente se não tivéssemos criado mecanismos de partilha das soberanias nacionais e regras para um trabalho em conjunto que levam à aproximação dos Estados-membros e dos seus povos. As divergências entre sérvios e croatas, ou entre eslovenos e montenegrinos, não são essencialmente diferentes das divergências entre portugueses e espanhóis ou entre irlandeses e ingleses. Mas no nosso caso, através dos mecanismos e das regras a que me referi e que criaram uma grande teia de interesses mútuos, impedimos o desencadear de soluções tão dramáticas como a guerra. Todavia, não tenhamos ilusões: a guerra não é apenas uma manifestação de povos pouco desenvolvidos; lembremo-nos tão-somente que algumas cidades jugoslavas são sociedades europeias, culturalmente cosmopolitas.

A preservação da paz num continente que tem, na história moderna, a maior concentração de conflitos armados de toda a História justifica, pois, por si só, um grande respeito pela iniciativa da construção comunitária. A Europa foi o berço da cultura e da civilização. Os países europeus, em épocas históricas bem diferenciadas, ocuparam o mundo, difundiram a noção de comércio e a cultura, os seus cidadãos espalharam-se pela África, pela América Latina, pela América do Norte, pela Ásia, desenvolveram identidades nacionais bem vinculadas. Tudo isso permitiu, especialmente no século XIX, a constituição de Nações-Estado muito diferenciadas, todas elas enraizadas em tradições muito antigas. A Europa é basicamente, e essa é aliás a primeira imagem que dá a um não-europeu, um continente muito diversificado. Essa diversidade atinge tudo: a cultura, o modo de vida, o tipo físico das pessoas, a gastronomia, as relações sociais, etc. E são de tal forma profundas essas diferenças que ainda hoje, 40 anos depois do começo do exercício de integração, não notamos, nos estudos mais apurados, qualquer diluição dessa diversidade. Por isso, a Comunidade assumiu tal diversidade como orientação pragmática na sua construção. As decisões comunitárias são, por isso, necessariamente, um compromisso obtido a partir das posições diversas de





12 Estados perfeitamente autónomos e muito diferentes. Essa diversidade, que dificulta evidentemente o exercício de integração e origina uma estrutura institucional complexa, é, no entanto, uma garantia de estabilidade social e política.

De facto, as diferentes sensibilidades regionais e nacionais constituem, para nós, europeus, válvulas de segurança que impedem, em princípio, que um grave problema social existente num Estado-membro se propague a outros Estados-membros.

Apesar disso, essa Europa comunitária tão diversa tem manifestado, para lá daquilo que seria de esperar, tendo em conta a história dos povos europeus, uma notável capacidade de convivência. Com efeito, as Comunidades, tendo sido criadas no final da Segunda Grande Guerra por seis países económica e socialmente muito homogêneos, isto é, pelos três países do Benelux, a Itália, a França e a Alemanha, foi capaz de abrir as suas portas a outros através de sucessivos alargamentos: em 1973, à Dinamarca ao Reino Unido e à Irlanda, bem como mais recentemente à Grécia, à Espanha e a Portugal. A este propósito, devo sublinhar que as Comunidades aceitaram estes países do sul com coragem e generosidade, atribuindo-lhes uma participação muito importante no estabelecimento das decisões comunitárias.

Como sabem, as decisões comunitárias são tomadas pelo Conselho de Ministros da Comunidade, composto por membros dos governos dos Estados-membros. Cada um dos Estados vota, sendo esse voto ponderado segundo certas regras que atribuem aos 4 grandes Estados, Alemanha, Reino Unido, França e Itália, a ponderação de dez pontos; à Espanha a ponderação de 8 pontos; a Portugal, à Bélgica, à Holanda e à Grécia a ponderação de 5 pontos; à Dinamarca e à Irlanda 3 pontos e ao Luxemburgo 2 pontos. Isto significa que, em termos de tomada de decisão comunitária, Portugal, com os seus 5 pontos, vale exactamente metade da Alemanha; vale o mesmo que a Holanda e vale praticamente o dobro da Dinamarca. Esta situação traduz inequivocamente uma posição de grande nobreza face aos portugueses. Com efeito, representando os portugueses 3% da população e 1% da economia comunitárias, poderia dizer-se que, economicamente, valem actualmente 1% do conjunto da Comunidade, ao passo que a nossa quota de participação nas referidas decisões se situa entre 6 e 7% do conjunto total dos Estados-membros.

Mas uma das mais importantes características da construção comunitária é o facto de ser fundada no direito. Com efeito, não só foram instituídas por

tratados internacionais, como também a legalidade do direito que delas emana é fiscalizada por um tribunal de justiça, o Tribunal de Justiça das Comunidades, que é além disso competente para decidir se um Estado-membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força dos Tratados. Este ponto é extremamente importante, porque permite compreender o sucesso das Comunidades e o insucesso de quase todas as tentativas de agrupamento de Estados: o Pacto Andino, a Organização dos Estados Americanos, o Magrebe Unido, o Mercosur. Praticamente, todas estas tentativas têm falhado, sobretudo porque não instituíram um órgão jurisdicional com as atribuições que foram conferidas ao Tribunal de Justiça das Comunidades.

Estas considerações mostram que a Comunidade é uma construção séria e real. Ser sério e real é, mais do que nunca, uma exigência fundamental, porque a maior parte das construções humanas falha num destes capítulos.

As Comunidades têm naturalmente uma estratégia de interacção com a Sociedade. Essa estratégia é balizada por dois limites: o das oportunidades e o dos riscos. De facto, embora possamos dizer que a paz e a prosperidade são oportunidades únicas e evidentes que decorrem da construção comunitária, não podemos, por outro lado, esquecer que a Europa próspera, a Europa comunitária, vive rodeada de grandes riscos — internos e externos. Como riscos internos, refiro a instabilidade inerente a qualquer processo político, essencialmente susceptível de alteração se os agentes desse processo assim o entenderem. Não sendo esse processo dogmático, por natureza, todas as regras comunitárias podem ser alteradas. Daqui decorre, pois, um certo risco institucional.

Como sabem, espera-se que em Dezembro próximo se tomem na Holanda, em Maastricht, decisões muito importantes sobre questões como a União Económica e Monetária que levará, a prazo, à utilização de uma moeda única na Comunidade, ou a instituição de uma política externa e de segurança comum no âmbito das competências comunitárias. Trata-se, também, nestes casos, de decisões que implicam riscos significativos para os Estados e para as sociedades interessadas.

Mas os riscos externos são os mais preocupantes. A Europa comunitária é hoje, no contexto mundial, um oásis de prosperidade, que se encontra rodeado de grandes problemas políticos e sociais. Com efeito, estamos, por exemplo, rodeados pelo mundo Árabe mediterrânico, pelo Médio Oriente, pelos países da Europa Oriental e pela União Soviética que, como



sabem, são zonas de conflitos sociais ou militares actuais ou altamente potenciais.

Um outro problema muito delicado é o Terceiro Mundo, em particular a África, que corre actualmente o grande risco de ser esquecido. Esse esquecimento seria dramático porque, para além do mais, o Terceiro Mundo não está muito distante de nós; hoje em dia, como sabem, muitas sociedades europeias são palco da vida e das dificuldades dos cidadãos desse Terceiro Mundo.

E não esqueçamos os países de médios rendimentos, como a Argentina e o Brasil, países que, fundamentalmente, dizem muitas vezes que uma parte das suas possibilidades de desenvolvimento é bloqueada por mecanismos ou esquemas económicos do mundo desenvolvido. Estão em curso negociações muito complexas de comércio multilateral que poderão ajudar a corrigir esses mecanismos, mas, exceptuando países como o Japão, os "Tigres" Asiáticos e os Estados Unidos, todo o espaço não europeu é constituído por zonas de conflito, zonas de carência, que têm uma grande necessidade de apoio.

Perante estes riscos reais, as vantagens que decorrem para nós, portugueses, de sermos parte activa no exercício comunitário são, pois, dificilmente quantificáveis.

A questão da importância da participação de um país como o nosso na construção comunitária leva-me a abordar convosco a problemática da *interface* entre as Comunidades Europeias e a Sociedade, nas suas vertentes económica, política e social.

Começando pelo aspecto económico, devo, antes de mais, dizer que, em meu entender, o elemento económico básico num continente tão diversificado como o nosso não são os indivíduos, nem as famílias; são as empresas. Se procurarmos uma linha lógica que permita compreender um mecanismo que interesse a gregos e dinamarqueses, portugueses e alemães, é necessário ultrapassar o nível individual para a encontrar. E a empresa, grande ou pequena, regional ou internacional, é de facto o elemento lógico da construção comunitária.

A empresa, que merece evidentemente uma atenção particular num curso de economia, enquanto elemento do mundo reactivo, não é uma organização estável. Uma empresa do início do século e uma empresa actual são completamente diferentes; no princípio do século as empresas eram basicamente a imagem do seu fundador, tinham o seu nome. Hoje, a empresa depende muito mais do mercado, dos seus clientes, dos seus fornecedores, da relação com as outras empresas do

que depende dos seus próprios accionistas que, aliás, na maior parte das vezes ninguém sabe quem são. Existe, portanto, uma complexidade empresarial, uma teia de interesses, que constituem questões que desenvolverão certamente nos vossos estudos e que merecem atenção especial, porque permitem uma abordagem completamente diferente de alguns dos problemas que são vitais na sociedade portuguesa, como, por exemplo, o problema da chamada "invasão" de empresas estrangeiras em Portugal ou a questão do apoio às pequenas empresas face às grandes.

Em Portugal, apareceu com o 25 de Abril a ideia de que a pequena empresa precisa de ser ajudada. Todavia, a concepção actual é completamente diferente; na maior parte dos casos a empresa que precisa de ser ajudada é a grande empresa, não a pequena. A pequena empresa tem, com efeito, um grande grau de flexibilidade e de capacidade de adaptação que lhe têm permitido ultrapassar com mais facilidade do que a grande empresa os problemas da economia actual. Os grandes "elefantes brancos", os grandes "cancros" nas economias, são empresas de enorme dimensão que não têm, por razões tecnológicas e de estrutura social, uma grande capacidade de adaptação.

Há poucos dias, um dos vossos colegas, um economista brilhante, Ronald Coase, recebeu o Prémio Nobel. Defende uma teoria muito interessante, segundo a qual a operação dos sistemas é mais importante do que a análise dos custos de base da matéria-prima. O que é importante, e o vosso trabalho como economistas será basicamente esse, é tratar dos custos do sistema: os custos da comunicação, da formação, do transporte. Tudo isso é mais importante do que a própria transformação de matérias-primas em produtos acabados. Concordo completamente com esta teoria que, aliás, aplicamos no nosso exercício de integração comunitária: deixamos ficar para os profissionais a gestão das matérias-primas, dos produtos acabados da tecnologia e tentamos incidir sobre os princípios da operação dos sistemas.

A este propósito, penso ser útil referir três temas: a informação, a concorrência e a gestão.

No que diz respeito à informação, muito mudou no decurso dos últimos cinquenta anos. Por exemplo, quando eu era estudante universitário, a velocidade de referência era um automóvel ou um combóio rápido a 100 Km/h. O conceito de "rápido" ou "lento" referia-se a essa velocidade. Pouco depois, com o aparecimento dos aviões a jacto, a velocidade de referência mudou, passando a ser de 1000 Km/h. Em poucos anos, a velocidade de referência passou, pois, de 100 Km/h,



para 1000 Km/h, ou seja, dez vezes maior! Hoje, a velocidade da informação é a da comunicação electrónica: 300 mil Km/s. A aceleração entre a velocidade de um mecanismo de comunicação electrónica e a velocidade do avião a jacto, que foi a velocidade que fez a Comunidade há 25-30 anos, é exactamente um milhão de vezes maior. Pode dizer-se que a velocidade da comunicação se acelerou dez vezes nos primeiros 15 a 20 anos e um milhão de vezes nos segundos 15 a 20 anos. Isto dá-vos uma imagem clara da mudança efectuada. Actualmente, os fusos horários, que eram uma enorme complicação para a vida das empresas, passaram a ser uma enorme vantagem, dado terem acesso em tempo real a todas as bolsas do mundo durante as 24 horas do dia. Se, por exemplo, alguém quiser trabalhar às quatro horas da manhã no comércio internacional, pode fazê-lo porque tem elementos de referência que não teria se a velocidade da comunicação fosse outra.

O segundo tema refere-se ao problema da concorrência. A concorrência, fundamento da eficiência, é a base da Comunidade. Todavia, a concorrência nunca é agradável nem fácil. E mesmo os actores económicos mais competitivos não gostam dela, preferindo se possível trabalhar em regime fechado. Mas a ausência de concorrência causa prejuízos bem conhecidos para a economia e a sociedade em geral, não devendo por isso ser tolerada.

O terceiro tema diz respeito à gestão, actividade que ocupará com certeza a vida profissional de muitos de vós. Eu, enquanto não académico, enquanto elemento do mundo exterior a que me referi, vejo o problema da gestão com muita prudência porque, por vezes, a análise demasiado intelectualizada da gestão leva a confundi-la com a burocracia. Essa confusão está, aliás, na origem de muitos dos problemas actuais de inúmeros países. Dizer-se que, na antiga União Soviética, na Polónia e na Hungria, o capitalismo está a ganhar terreno é um erro total, porque ninguém está a ganhar coisa nenhuma; o que está a acontecer é a derrota da burocracia. O grande drama dessas sociedades foi terem adoptado, para a sua actividade política e administrativa, os princípios do Taylorismo da produção primária, perdendo a necessária sensibilidade individual.

No âmbito político, a interacção do exercício da integração comunitária com a Sociedade levanta duas importantes questões: o futuro das soberanias nacionais e a aplicação do princípio da subsidiariedade. No que diz respeito, em especial, à questão da soberania, é óbvio que qualquer Estado quer naturalmente ser soberano, ser independente. Mas ser

independente e ser soberano não é a mesma coisa. Ser independente é não ter relações de dependência; ser soberano é ter a capacidade de utilizar a sua independência para tomar as decisões que mais interessam ao seu corpo social, se necessário com limitações da independência. Quando um Estado é membro das Nações Unidas ou da Organização Internacional do Trabalho, ou de outras organizações internacionais, aceita limites à sua independência, mas nem por isso deixa de ser soberano. Ora, mesmo na sua forma mais avançada, isto é no âmbito da integração comunitária, a limitação da independência dos Estados-membros é uma limitação soberana. Nas Comunidades Europeias, qualquer Estado-membro tem claramente o direito de sair delas quando quiser. O debate relativo à soberania pode, todavia, ser uma forma de viciar, de tornar mais complicado o exercício comunitário; por isso deve ser expurgado de visões românticos e emocionais.

Por último, não devemos esquecer a dimensão social da construção comunitária. Actualmente, mesmo numa sociedade livre e democrática existe um problema fundamental: o poder político ocupa-se cada vez mais de problemas técnicos e, também, cada vez mais as pessoas sentem uma grande distância entre os problemas individuais e os grandes objectivos do Estado. O Estado transformou-se num ente distante e a grande maioria dos cidadãos passou a ter a convicção de que a democracia se reduz ao exercício periódico de um direito eleitoral. Daí decorrem ou podem decorrer frustrações que, tornando-se colectivas, podem ter repercussões negativas no sistema político. A única forma de ultrapassar esse problema é o associativismo. A Comunidade é profundamente entusiasta dos movimentos associativos. Considera-os mecanismos de distribuição do conhecimento, do saber e portanto da difusão do poder. Uma sociedade organizada em associações atribui o poder não a quem pode mais, mas a quem pode melhor. Trata-se pois do aspecto qualitativo que as sociedades europeias valorizam em alto grau.

Senhor Professor, meus queridos amigos, estamos no fim desta nossa conversa. Permitam-me todavia acrescentar algumas conclusões que se retiram deste *interface* entre o exercício comunitário e a sociedade real.

Em primeiro lugar, considero que devemos privilegiar a flexibilidade e a instabilidade. Devemos reear e suspeitar de todas as situações estáveis, porque a vida é profundamente fluida. Por exemplo, no universo da OCDE, a vida média das empresas é de 12 anos. Se tiverem em conta que uma publicação económica

americana, a *Fortune Magazine*, publica todos os anos a lista das 500 maiores empresas do mundo e se compararem as listas nela publicadas durante um ciclo de 10 anos, verificam que 50% dessas empresas desapareceu ao fim de 10 anos. Actualmente, a regra é, pois, instabilidade, flexibilidade, dispor de qualificações para trabalhar em qualquer cenário. Por isso, a formação de base e as qualidades morais de persistência, de coragem, de disponibilidade são fundamentais.

Em segundo lugar, a ideia da confiança. Hoje, muito poucas pessoas escrevem cartas, porque têm *faxes* ou correio electrónico. Mas as mensagens por *fax* ou por correio electrónico são muito simples, telegráficas, sintéticas; não são fáceis de compreender se o interlocutor não pertencer ao mesmo "clube", se não tiver o elemento de confiança que nasce de um treino paralelo, de uma experiência de situações semelhantes. Por isso, o grande mercado europeu só será possível se houver uma partilha de um ideal comum, isto é objectivos comuns e confiança recíproca.

A minha terceira conclusão, directamente ligada ao problema da confiança e da instabilidade, refere-se à necessidade de privilegiar a criatividade e a improvisação, porque nada na vida acontece como está previsto. A intuição é tão importante na vida como a análise. A capacidade técnica, a análise quantitativa dos problemas nunca dispensa uma certa intuição de como as situações poderão vir a evoluir. Hoje em dia, os que decidem estão tão frequentemente rodeados de *softwares* e de *hardwares*, que começam a tomar decisões de uma forma automática, de acordo com o programa que lhes foi fornecido, saindo essas decisões como máquinas numa linha de fabrico. Isto constitui um grande risco, porque tais sistemas só são aceites por mentalidades resultantes de uma organização burocrática que, por natureza, detesta a novidade. A burocracia é algo que se inventou para que as coisas sejam feitas como foram previstas, ao passo que a realidade, como disse, é profundamente fluida. Não esqueçam que o mundo moderno é um mundo de inter-relação, que as decisões que vos esperam serão muitas vezes decisões de elevadíssimo impacto social. Vão trabalhar com pessoas, não com peças de plástico. Esse impacto social ultrapassa os ensinamentos técnicos de base que uma Escola pode fornecer. O progresso necessita dessa formação de base, mas, voltando à minha imagem de partida, e assim queria acabar, a passagem dessa preparação de base para o exercício de actividades socialmente complexas exige da vossa parte uma actuação voluntarista, individual, de respeito pelo Homem. É por isso que, agradecendo

muito a atenção e a oportunidade que a Faculdade me deu, eu diria que os objectivos de Portugal e dos Portugueses são claros: paz, prosperidade, progresso social, desenvolvimento contínuo, recuperação da confiança em nós próprios, retorno de pleno direito à Europa onde estivemos em lugar de destaque até ao século XVII, fiéis à nossa essência universalista. Mas o trabalho para atingir esses objectivos tem de ser levado a cabo por nós próprios. Ninguém nos pode ajudar mais do que nós.

